

POLÍTICA

Gestão Pública: Legislativo aprova participação popular no interior de São Paulo

Câmara de Piracicaba é a pioneira no "Parlamento Aberto"; Resolução prevê maior transparência e acesso à informação

Refael Bitencourt

Programa Parlamento Aberto foi aprovado por unanimidade na Câmara de Piracicaba (SP) no dia 22 do mês passado. Com o resultado, a cidade se torna o primeiro município brasileiro a oficializar essa prática no Legislativo. "É um dia histórico para a gestão pública", afirmou o coordenador de Políticas Públicas do Imaflora e membro do Observatório Cidadão de Piracicaba (OCP), Marcelo de Medeiros, que foi orador popular na Casa de Leis.

A proposta do Programa de Parlamento Aberto foi uma das sugestões do Observatório Cidadão de Piracicaba à Casa de Leis e visa o acesso à informação, transparência, participação popular e controle social nas decisões públicas. Desde 2012, quando o OCP iniciou a análise do portal da transparência da Câmara, os diálogos com a mesa diretora do Legislativo foram constantes.

O Projeto de Resolução do Programa de Parlamento Aberto (4/2019), de proposição da mesa diretoria da Câmara, assinado pelo presidente do Legislativo, Gilmar Rotta (MDB), recebeu 20 votos favoráveis. Antes de seguir para votação no Plenário, a proposta passou pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação (CLJR).

"A Câmara de Vereadores de Piracicaba já é vista como um modelo a ser seguido quanto à transparência pública, não só na região, mas em todo o país. Nós, da sociedade civil

temos uma contribuição quando dialogamos, quando questionamos e pressionamos", ressaltou Medeiros.

Iniciativa pioneira

Durante o processo de elaboração da proposta, o Observatório Cidadão de Piracicaba consultou a Controladoria Geral da União (CGU) e, de acordo com o órgão, não existe nenhum município com um projeto parecido com o aprovado. "Assim, Piracicaba é a primeira cidade do país com um projeto de Parlamento Aberto", declarou Medeiros.

O Presidente da Mesa Diretora da Câmara, Gilmar Rotta, considera a institucionalização do Parlamento Aberto uma mudança muito significativa e que marca uma nova fase no Legislativo. "É um novo comportamento, em que a transparência pública e a participação popular deixam de ser exigências legais para serem, efetivamente, características dessa Casa", disse. "Aqui, não tem decreto de sigilo", declarou.

Transparência da Câmara

Na última avaliação do Observatório Cidadão, a Câmara teve um índice de 88% de transparência, atingindo sua maior média histórica, desde que o OCP iniciou os boletins e relatórios, em 2012. Nos últimos anos foram criados mecanismos de participação popular. Mas, segundo Marcelo de Medeiros, ainda existe espaço para melhorias e, por isso, esse projeto é tão importante, por que ele visa

melhorar os instrumentos existentes e criar novos.

Pilares

O Observatório Cidadão mantém, desde 2017, diálogo direto com a Câmara para fortalecer o conceito de Parlamento Aberto enquanto ferramenta indispensável à gestão pública transparente e democrática.

O Legislativo, nesse período, realizou consultas públicas para receber sugestões de ações voltadas ao Parlamento Aberto nos quatro pilares temáticos que sustentam a proposta: Transparência Pública; Participação Popular; Inovação e Tecnologia; e Educação para a Cidadania.

O Projeto de Resolução também prevê a criação do Conselho de Usuários

do Legislativo, órgão consultivo que acompanhará a prestação dos serviços, fará propostas de melhorias, contribuirá com a definição de diretrizes e fará o monitoramento da atuação do ouvidor.

"Vivemos em um momento em que as pessoas estão desacreditadas com a política. Com esse projeto, é passada a mensagem que é possível trabalhar com uma gestão pública eficiente, transparente e com participação popular", afirma Medeiros.

O objetivo do Observatório Cidadão de Piracicaba é instrumentalizar a sociedade para melhor compreensão e participação nos processos decisórios locais e contribuir com o monitoramento, avaliação e aprimoramento das políticas públicas do município.



Associação Comercial e Empresarial de Itirapina/SP
Rua Três, nº. 293 - Sala 04, Centro
Itirapina/SP - CEP: 13.530-000

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL.

A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE ITIRAPINA/SP, doravante denominada ACEI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 51.412.070/0001-98, sediada na Rua. Três, nº. 293, Sala 04, bairro centro, no município de Itirapina/SP - CEP 13530-000, representada neste ato por seu Administrador Provisório, o senhor Ronaldo Romero RONALDO ROMERO, portador do RG n. 16.387.641- SSP/SP, CPF nº. 048.995.568-10, residente na Avenida Doze, nº. 200, no bairro Vila Monte Alegre no município de Itirapina/SP nomeado cuja nomeação se deu nos autos da AÇÃO DE NOMEAÇÃO DE ADMINISTRADOR PROVISÓRIO PARA PESSOA JURÍDICA C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA, processada pelo número 1006950-06.2018.8.26.0510 em trâmite pela 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Rio Claro/SP, em consonância com o estabelecido pelo Estatuto Associação Comercial e Empresarial de Itirapina/SP, convoca todos os associados para a ASSEMBLEIA GERAL, cuja finalidade é decidir sobre o destino e rumos e/ou estabelecer nova diretoria da ACEI.

A Assembleia Geral realizar-se-á que realizar-se-á no dia 17 de Maio de 2019 no horário das 08:00 às 11:00 no endereço situado na Rua Um, nº. 122-228, Centro, Itirapina/SP, CEP: 13.530-000, local denominado - Centro De Convivência Do Idoso.

A finalidade já mencionada, se destina a informar aos associados sobre a real situação jurídica e financeira da ACEI, bem como, consulta-los sobre a intenção em manter a entidade aberta ou fechá-la.

Conforme previsto no Estatuto Social, podem votar os associados efetivos, desde que em dia com suas obrigações para com a ACEI até a data da assembleia.

Dúvidas poderão ser sanadas pelo e-mail: acetirapina@hotmail.com.
Nada mais.

Itirapina - SP, 08 de Maio de 2019.

RONALDO ROMERO
Administrador Provisório

Fonte: